



Estrangeiros e nascidos no estrangeiro residentes em Portugal, CPLP* em destaque

* Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autor: Humberto Moreira¹ – INE, REC – Serviço de Relações Externas e Cooperação

humberto.moreira@ine.pt

Resumo:

O presente artigo enquadra-se no lema da Organização Internacional para as Migrações (OIM)² “*Migrações em benefício de todos*”. A OIM baseia-se no princípio de que uma migração ordenada e humana beneficia os migrantes e a sociedade e atua, sobretudo, nas áreas de combate à migração forçada, migrações e desenvolvimento, facilitação e regulação/gestão da migração.

Os censos da população, em Portugal, constituem a fonte estatística mais completa de informação sobre a população residente, nomeadamente a população migrante. No âmbito dos movimentos migratórios da população, referentes à mudança de residência no contexto internacional, fez-se uma análise aos temas naturalidade e nacionalidade, com base nos resultados dos Censos da População de 2001 e de 2011. No entanto, a composição e evolução da população residente, em Portugal, em boa parte, são consequência dos antecedentes históricos, observados a partir de 25 de Abril de 1974 (Revolução dos Cravos).

A partir do lema de então “Democratizar, Descolonizar e Desenvolver” com as respetivas consequências no que diz respeito à situação demográfica do país. Destaca-se, em particular o regresso de portugueses residentes nas ex-colónias, como também o regresso dos exilados e de outros emigrantes políticos. Por consequência causaram o maior fluxo

Foreign and foreign-born residents in Portugal, the CPLP* highlighted

*Community of Portuguese-Speaking Countries.

¹ Com a assistência na parte gráfica do estagiário Élio Santos (PEPAC)

² A OIM foi criada em 5 de Dezembro de 1951, com sede em Genebra – Suíça. Atualmente conta com 155 estados membros, entre os quais Portugal

imigratório, jamais observado na história de Portugal. Entre 1974 e 1975, o saldo migratório ultrapassou o meio milhão de habitantes.

Tendo em consideração essa mudança em Portugal, inclusive em termos demográficos, efetuou-se também uma análise retrospectiva às três últimas décadas do século XX do movimento da população, tanto sobre a naturalidade como da nacionalidade. Tal como sucedeu com a análise da população residente, segundo as mencionadas dimensões, as fontes foram de igual modo os três últimos censos da população.

A heterogeneidade da população residente, segundo os dados censitários, tem sido crescente. Verificou-se que, nos dois mais recentes períodos intercensitários, houve um crescimento da população estrangeira ou nascida no estrangeiro. Os naturais e nacionais dos restantes sete países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no seu conjunto, têm dado um bom contributo no contexto da população residente em Portugal.

Na V Conferência Estatística da CPLP, realizada em Angola, cidade de Luanda, em Junho de 2012, foi focada a contribuição dos países membros na disponibilização de dados estatísticos no âmbito desta Comunidade. O tema das estatísticas das migrações e das populações migrantes foi um tema objeto de particular importância para o desenvolvimento conjunto. O presente artigo, embora trate da população por naturalidade e nacionalidade no geral, tem também como objetivo fazer uma menção especial aos países lusófonos, através dos dados censitários dos seus residentes em Portugal.

Palavras Chave: Aquisição de nacionalidade, estados-membros da CPLP, estrangeiros, imigração, nascida no estrangeiro, população residente, população por nacionalidade, população por naturalidade, saldo migratório, variação populacional.

Abstract:

This article fits the motto of the International Organization for Migration (IOM) "Migration for the benefit of all." The IOM is based on the principle that human and orderly migration benefits migrants and society and works mainly in the areas of combating forced migration, migration and development, facilitation and regulation / management of migration.

Population censuses, in Portugal, are the most complete source of statistical information on the resident population, including migrant population. Within the migratory movements of the population, related to removal at the international context, there was an analysis of the themes place of birth or nationality, based on results of the Census of Population 2001 and 2011. However, the composition and evolution of the resident population in Portugal, in large part, are the result of the historical background, observed from April 25, 1974 (Carnation Revolution).

From the lemma then "democratize, develop and decolonize" with their consequences with regard to the demographic situation of the country. The return of the exiles and the return of Portuguese residents and their descendants caused the largest immigration flow, never seen in the history of Portugal. Between 1974 and 1975, net migration exceeded half a million inhabitants.

Taking into account this change in Portugal, including in terms of population, also we performed a retrospective analysis of the last three decades of the twentieth century of population movement on both the place of birth and nationality. As with the analysis of the population by the mentioned perspectives, sources were likewise of the last three censuses of population history.

The heterogeneity of population, according to census data, has been increasing. It was found that in the two most recent periods between censuses, there was a growth of foreign or foreign-born population. Born and nationals of the other seven countries of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), as a whole, have made a good contribution in the context of the resident population in Portugal.

In V Statistical Conference of the CPLP, held in Angola, Luanda, in June 2012, was focused the contribution of member countries in providing statistical data in the context of this community. The theme of statistics on migration and migrants theme was an object of particular importance for the whole development. This article, while dealing the population by place of birth and nationality in general, also aims to make a special mention to lusophone countries, through the census data of its residents in Portugal.

Key words: Acquisition of citizenship, member-states of the CPLP, foreigners, immigration, foreigners-born, resident population, population by citizenship, population by country of birth, population change.

1. Introdução

Este artigo procurou centralizar-se, quase exclusivamente em duas óticas específicas que caracterizam a população residente em Portugal, uma segundo a naturalidade (país de nascimento) e a outra de acordo com a nacionalidade (país de cidadania). Os dados estatísticos para obter informações longitudinais sobre estas duas variáveis¹ demográficas foram recolhidos, basicamente, nas seguintes fontes: *XIV Recenseamento Geral da População/IV Recenseamento Geral da Habitação (12 de Março de 2001)*; *XV Recenseamento Geral da População e o V Recenseamento Geral da Habitação (21 de Março de 2011)*.

No entanto, para um melhor enquadramento justificativo da população por naturalidade e por nacionalidade, na primeira década do século XXI, consta alguma informação sobre os três últimos censos de século XX (1970, 1981 e 1991). O movimento da população, natural e migratório, nas últimas três décadas do século passado, revelou que, em termos longitudinais mais abrangentes, o contributo dos imigrantes estrangeiros ou nascidos no estrangeiro sobre a população autóctone foi de maior relevância na dinâmica populacional.

A imigração em Portugal, após o 25 de Abril de 1974, esteve associada, em primeiro lugar, à chegada de imigrantes de nacionalidade portuguesa originários dos novos países africanos no quadro do processo de descolonização. Assistiu-se pela primeira vez à mudança de um modelo baseado pelo fluxo emigratório para um de imigração, em que o saldo migratório foi claramente positivo. No entanto, posteriormente, a evolução do saldo migratório reflete uma inversão, registando valores negativos no período intercensitário de 1981 a 1991. Nos períodos intercensitários seguintes assistiu-se a uma retoma dos saldos migratórios positivos, particularmente caracterizados por fluxos imigratórios de não-nacionais.

Tendo em conta esta retrospectiva, no período intercensitário de 1970 a 1981, a variação populacional assumiu proporções inéditas (14,19%), praticamente devido ao fluxo imigratório de portugueses. No período seguinte (1981 – 1991), a taxa de crescimento total foi quase nula (0,35%). Nos períodos intercensitários seguintes ocorreram taxas de crescimento total ambas positivas, com maior intensidade entre 1991 e 2001 (4,96%) e menor entre 2001 e 2011 (1,99%).

No desenvolvimento deste artigo encontra-se destacado o contributo da população estrangeira ou nascida no estrangeiro no processo de evolução crescente da população em Portugal. Este contributo esteve, até então, assente na imigração de portugueses e estrangeiros e conseqüentemente no saldo migratório positivo. A parte contributiva do saldo natural tem sido tendencialmente decrescente e até mesmo negativa nos últimos anos, ou seja, mais óbitos do que nados-vivos.

As vertentes naturalidade e nacionalidade quantificadas pelos resultados recenseamentos da população residente de 2001 e de 2011 revelaram um conhecimento detalhado sobre os nascidos fora de Portugal e a respetiva nacionalidade. Pela relevância significativa dos originários dos países membros² da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) residentes em Portugal, foi-lhes atribuída uma ênfase particular na análise conjunta da naturalidade e nacionalidade.

2. Aspetos metodológicos (*realidades e efemeridades*)

Os dados estatísticos dos recenseamentos da população sobre os residentes estrangeiros em Portugal têm sido frequentemente divulgados e analisados nos meios políticos, académicos e da comunicação social. No entanto, pela sua relevância, o tema “Censos” é bastante corrente e recorrente nos vários fóruns de discussão e análise das mais variadas situações demográficas e sociais. Pelo volume e pela diversidade, o seu potencial informativo é a principal fonte de dados e indicadores estatísticos sobre a habitação e a população em Portugal, nomeadamente no que se refere aos naturais e nacionais de outros países.

Com base na multiplicidade e consistência da informação estatística censitária torna-se possível conhecer as mais diversas características residentes no país, em áreas como habitação, local de residência (atual e anterior), por país de nacionalidade ou naturalidade (local de residência da mãe, à data do nascimento), emprego, habilitações literárias e, até mesmo, as diferenças religiosas. Uma outra potencialidade dos censos diz respeito à área territorial da informação, sendo possível disponibilizar informação, tanto no que se relaciona com a

¹ Característica de uma unidade estatística ou população, que pode assumir diferentes conjuntos de valores, e à qual se pode atribuir uma medida numérica ou categorias de uma classificação (p. ex. rendimento, idade, peso, profissão, atividade económica, etc.).

² Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste,

divisão administrativa, como com as unidades territoriais estatísticas de Portugal (NUTS 2002). Há informações estatísticas detalhadas desde o nível nacional, mais geral, ao nível mais específico de lugar (aglomerado populacional com um mínimo de 10 alojamentos), passando pelas regiões (NUTS I, II e III) e pelos municípios e freguesias.

Ainda outra grande oportunidade dos dados censitários relaciona-se com os diferentes aspetos demográficos da dinâmica populacional, em particular desde os Censos de 1981 e seguintes: 1991, 2001 e 2011 em que existe uma base de dados mais detalhada sobre a população residente.

Os censos da população constituem a base de dados para as estimativas provisórias e definitivas sobre população residente e para os fluxos migratórios internacionais, especificadamente de entrada. Conforme os resultados dos dois últimos censos (2001 e 2011), a imigração constituiu o principal suporte do crescimento populacional observado no país. Durante este período, verificou-se um declínio generalizado do saldo natural³ e chegar inclusive a valores negativos. O motivo principal deste decréscimo tem como causa básica o acentuado decréscimo da natalidade em Portugal. Enquanto nos anos 60 e 70 do século XX, Portugal possuía uma das taxas de natalidade mais altas da Europa, hoje em dia e nos últimos anos, Portugal é conhecido por possuir uma das mais baixas taxas de natalidade no espaço europeu.

A informação estatística disponibilizada pelos recenseamentos da população, como tem uma periodicidade decenal, ou seja os dados apenas estão disponíveis em cada dez anos, poderá ficar, progressivamente, desatualizada. Desta forma em futuros resultados, é de equacionar que a situação da população residente em Portugal, incluindo as vertentes naturalidade e nacionalidade, não corresponda, de modo significativo, à observada no último censo (2011).

Os últimos dados estatísticos sobre a variação populacional, relativos aos anos de 2011 e 2012 (31 de Dezembro), indicam que a variação negativa não é apenas restritiva ao saldo natural, mas também ao saldo migratório, igualmente deficitário⁴. Esta relação entre imigração e emigração internacionais mostra que se assiste em Portugal a um duplo efeito negativo: a imigração a baixar e a emigração a aumentar.

A publicação de estatísticas sobre a imigração, em Portugal, de forma detalhada e sistemática, é atualmente uma das principais particularidades exclusivas dos Censos ou Recenseamentos da População. Desde 2001, foram publicadas eletronicamente séries estatísticas por país de nacionalidade e outras variáveis sobre os estrangeiros que têm a residência habitual em Portugal.

A fim de contribuir para o debate sobre os estrangeiros em Portugal e fortalecer o trabalho institucional e interinstitucional ao produzir dados estatísticos de residentes estrangeiros e imigração, entre 1991 e 2011, o Gabinete dos Censos do INE disponibilizou a informação solicitada sobre os estrangeiros residentes em Portugal. Os dados foram organizados por nacionalidade ou naturalidade, de acordo com a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) do país, e pelas variáveis sociodemográficas: sexo, idade e residência.

3. Naturalidade e nacionalidade (*naturalidade é imutável, nacionalidade é opcional*)

O critério para a análise dos resultados dos últimos recenseamentos da população residente em Portugal, adotado na definição do objetivo e no desenvolvimento deste trabalho, baseou-se nas variáveis censitárias naturalidade⁵ e nacionalidade⁶.

Ao longo da vida, as mudanças sucedem-se inevitavelmente. Muda-se de idade, nas datas de aniversário. Muitas vezes mudamos de local de residência. Muitas pessoas vivem em locais distintos de onde nasceram. Muda-se de país e de nacionalidade (por aquisição), mas a naturalidade permanece imutável.

³ Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

⁴ Em 2011 e 2012: saldo natural negativo (-5 992 e -17 757, respetivamente); saldo migratório negativo (-24 331 e -37 352, respetivamente).

⁵ Local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Desde o recenseamento da população de 1991, considerou-se o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

⁶ Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser considerados com a nacionalidade que detinham anteriormente.

3. 1. Enquadramento teórico bilateral (*natural e nacional de Portugal ou do estrangeiro*)

A declaração de nascimento ocorrido em território nacional, que inclui a atribuição da naturalidade, deve ser efetuada em qualquer conservatória do registo civil conforme consta do código do Registo Civil. A declaração é obrigatória e deve ser prestada num prazo de vinte dias. Para os nascimentos de portugueses ocorridos no estrangeiro o registo é efetuado na Conservatória dos Registos Centrais ou no consulado português da área de residência.

No entanto, para efeitos de assentos de nascimentos ocorridos no estrangeiro, ao abrigo de protocolo celebrado com o Estado português, considera-se a naturalidade o local de residência de um dos pais, em Portugal. A título de exemplo, por motivo do encerramento da maternidade de Elvas, uma parturiente, residente nos “concelhos” de Elvas ou Campo Maior, que deu à luz numa maternidade de Badajoz, a naturalidade do nado-vivo é a residência de um dos pais, à data do nascimento. Os custos relacionados com estes nascimentos em Espanha estão a cargo do Estado Português (Ministério da Saúde).

A atribuição da nacionalidade portuguesa (originária) tem efeito à data de nascimento do indivíduo, baseia-se no **jus sanguinis** (direito de sangue), ou seja, os nascidos em território nacional quando um dos pais tem nacionalidade portuguesa, ou nascidos no estrangeiro quando um dos pais se encontrar ao serviço do Estado Português, ou quando os pais tiverem inscrito o seu nascimento no registo civil português. Em alternativa ao princípio do *jus sanguinis*, no Brasil, bem como noutros países do continente americano, aplica-se o **jus solis** (direito ao solo), um princípio pelo qual a nacionalidade é atribuída a um indivíduo de acordo com o seu local de nascimento. A título de exemplo uma criança nascida no Brasil, filha de pai português e de mãe brasileira, ou vice-versa, tem simultaneamente dupla nacionalidade: brasileira e portuguesa.

A aquisição da nacionalidade portuguesa (derivada) pode ser feita por naturalização, pela qual um indivíduo voluntariamente passa a cidadão português. A naturalização encontra-se quase sempre ligada à imigração, em que o imigrante cumprindo uma série de requisitos opta pela nacionalidade portuguesa, como ser residente legal há 6 anos. Existem outras vias em que um indivíduo estrangeiro pode adquirir nacionalidade portuguesa, como pelo casamento ou união de facto, há mais de três anos, como pela via da adoção de menor por pais portugueses.

3. 2. Quantificação estatística bilateral (*nascimento e cidadania*)

Os recenseamentos da população, em Portugal, desde 1890, disponibilizam dados estatísticos sobre o país de nascimento e o país de cidadania, bem como de outras variáveis demográficas. Estas informações, observadas em comum, tem sido frequentemente utilizadas para estudos populacionais.

A partir dos resultados dos censos da população, 2001 e 2011, realizou-se um exercício de análise de dados disponíveis sobre a naturalidade e a nacionalidade dos residentes em Portugal, à data dos respetivos momentos censitários⁷. Do ponto de vista organizacional da informação selecionada, tendo em conta o enquadramento geral deste artigo, deu-se uma particular ênfase à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

4. Naturalidade (*nascimento*)

À data dos Censos 2001, havia 651 472 residentes em Portugal, mas nascidos fora do território nacional, que representavam 6,29% da população total (10 356 117 habitantes). Destes residentes, 381 248 nasceram em países que atualmente são membros da CPLP, ou seja uma quota-parte de 3,68% do total nacional e 58,52% do total dos naturais no estrangeiro. Por exclusão da CPLP, os nascidos fora de Portugal (270 224) representavam 2,61% e 41,48%, respetivamente.

Neste último recenseamento (2011), o número de residentes não nascidos em Portugal atingiu o número de 871 813 pessoas, correspondendo a 8,25% de todos os residentes (10 562 178). Os nascidos nos outros sete países da CPLP correspondiam a 487 356 habitantes, proporcionalmente a 4,61% do total geral e a 55,90% dos naturais do estrangeiro. Por sua vez, os restantes nascidos fora do país eram de 384 457 indivíduos, isto é 3,64% de todos os residentes e 44,10% dos nascidos fora do país.

⁷ Datas de referência: 12 de Março de 2001 e 21 de Março de 2011, respetivamente.

A variação populacional, entre os Censos de 2001 e de 2011, teve um crescimento de 206 061 pessoas residentes (1,99%). Os naturais de Portugal passaram de 9 706 645 para 9 690 365, uma quebra de 14 280 indivíduos (-0,15%).

Entre estes dois últimos censos, o total dos nascidos no estrangeiro, mencionados anteriormente, tiveram um acréscimo de 220 341 pessoas (33,82%). No quadro 1, ao desagregarem-se os nascidos no estrangeiro, entre CPLP e fora da CPLP, embora em ambos a evolução tenha sido positiva, mas com taxas de crescimento diferentes, entre 2001 e 2011, constatou-se que estas foram mais favoráveis nos naturais de países extra CPLP. Os naturais dos outros 7 países da CPLP evoluíram de forma positiva, mais 106 108 (27,83%), ao passo que os naturais dos outros países tiveram um maior acréscimo de 114 233 residentes (42,27%).

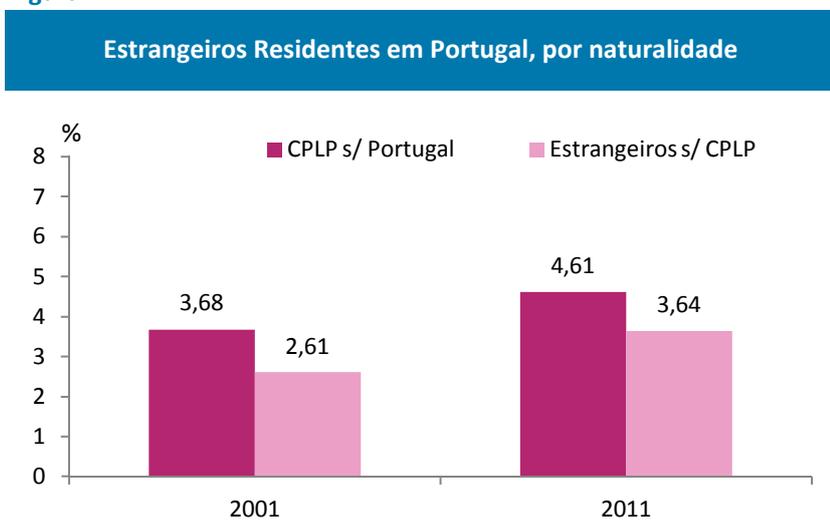
Estes números da evolução populacional, em função da naturalidade, comprovam o decréscimo dos nascidos em Portugal. Ao invés, ocorreu um acréscimo dos nascidos no estrangeiro.

Quadro 1

População residente em Portugal por grupos de países de naturalidade						
	2001		2011		Variação 2001/2011	
	N	%	N	%	N	%
População residente	10 356 117	100,00	10 562 178	100,00	206 061	1,99
Portuguesa	9 704 645	93,71	9 690 365	91,75	-14 280	-0,15
Estrangeira	651 472	6,29	871 813	8,25	220 341	33,82
CPLP sem Portugal	381 248	3,68	487 356	4,61	106 108	27,83
Estrangeira sem CPLP	270 224	2,61	384 457	3,64	114 233	42,27

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 1



Fonte: INE, Censos, 2001 e 2011

5. Nacionalidade (cidadania)

Em 2001, residiam 226 715 estrangeiros (nacionalidade única⁸), em Portugal, que representavam 2,19% do total da população residente. Se incluírem-se os estrangeiros com dupla nacionalidade⁹ (4 905) e os apátridas¹⁰ (1 075), então a proporção dos não-nacionais passa para 2,25% (232 695 residentes). Passados 10 anos, de acordo com os resultados dos Censos de 2011, os habitantes como uma nacionalidade estrangeira eram 359 969, uma proporção de 3,41% em face do total de habitantes. Agregando aos estrangeiros com única nacionalidade,

⁸ Exclusão da dupla nacionalidade (portuguesa e outra; duas estrangeiras): Censos de 2001 e 2011.

⁹ Duas estrangeiras.

¹⁰ Indivíduos sem nacionalidade

os estrangeiros com dupla nacionalidade (34 527) e os apátridas (553), os não-nacionais residentes perfazem os 395 049 indivíduos, 3,74% do total dos residentes recenseados.

Em termos de evolução, ao longo deste período intercensitário, os residentes sem nacionalidade portuguesa tiveram um crescimento de 69,77%; ao passo que os estrangeiros residentes com uma só nacionalidade, em Portugal, tiveram um acréscimo de 58,78%. Em sentido inverso posicionaram-se os apátridas, em que o seu número volume observou uma redução de -48,56%. Já com residentes estrangeiros com dupla nacionalidade, entre os Censos de 2001 e de 2011, verificou-se uma subida em flecha, isto é, setuplicou.

Esta última situação demonstra que o conceito de “uma pessoa, uma nacionalidade” parece cada vez mais desatualizado, hoje em dia num mundo globalizado e transnacional. A eventualidade de uma pessoa possuir passaportes de países diferentes pode contribuir para uma maior possibilidade de circulação internacional e de outros benefícios resultantes da dupla ou multinacionalidade.

Tendo em consideração que o presente artigo pretende destacar a caracterização dos nacionais dos restantes sete países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), residentes em Portugal, seguidamente, cabe abordar o contributo destes países no que diz respeito à diversidade da população. No geral, sem especificar por país, em 2001, havia 131 191 estrangeiros da CPLP, correspondendo a 1,27% da população residente e, por sua vez, 56,38% dos estrangeiros residentes. Após dez anos, Censos de 2011, os estrangeiros dos países membros da CPLP sobem para 192 852, representando 1,83% de todos os habitantes em território nacional, mas baixam na proporção com os outros não-nacionais residentes (48,82%). Houve uma subida em comum, mas com os estrangeiros fora da CPLP houve uma subida mais acentuada.

Da ótica da nacionalidade dos residentes em Portugal, segundo os Censos de 2001 e de 2011, na evolução em termos de nacionais e de estrangeiros, houve movimentos diferentes. Os nacionais de Portugal, unicamente, tiveram uma variação negativa de 0,44%; com dupla nacionalidade (portuguesa e outra), houve uma diminuta taxa de crescimento 0,43%. Porém os não-nacionais residentes aumentaram perto de 70,0%, como já referido anteriormente.

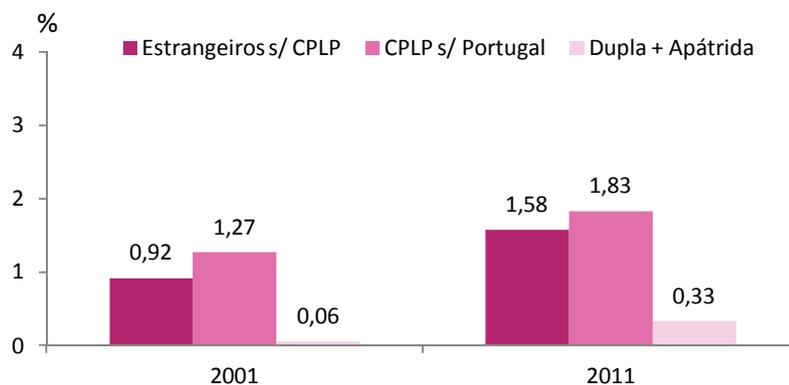
Quadro 2

População residente em Portugal por grupos de países de nacionalidade						
	2001		2011		Variação 2001/2011	
	N	%	N	%	N	%
População residente	10 356 117	100,00	10 562 178	100,00	206 061	1,99
Portuguesa	10 001 074	96,57	9 956 911	94,27	-44 163	-0,44
Portuguesa e outra	122 348	1,18	210 218	1,99	87 870	71,82
Portuguesa + Portuguesa e outra	10 123 422	97,75	10 167 129	96,26	43 707	0,43
Estrangeira	226 715	2,19	359 969	3,41	133 254	58,78
Dupla nacionalidade estrangeira	4 905	0,05	34 527	0,33	29 622	603,91
CPLP sem Portuguesa	131 191	1,27	192 852	1,83	61 661	47,00
Estrangeira sem CPLP	95 524	0,92	167 117	1,58	71 593	74,95
Total Dupla + Apátrida	5 980	0,06	35 080	0,33	29 100	486,62
Apátrida	1 075	0,01	553	0,005	-522	-48,56

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 2

Estrangeiros Residentes em Portugal, por nacionalidade



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

6. Naturalidade versus Nacionalidade (*vínculo ao local de nascimento ou a um Estado*)

A diferença entre naturalidade e nacionalidade resulta da naturalidade estar relacionada com o país de nascimento e a nacionalidade estar relacionada com a atribuição ou aquisição da nacionalidade, matéria já exposta anteriormente. Por exemplo:

Em 21 de Março de 2011, dia de referência dos Censos 2011, Maria era residente em Freixo de Espada à Cinta. Nasceu em Espanha, filha de pais portugueses, com assento de nascimento como portuguesa, por intermédio de um consulado no país vizinho. Neste contexto, no último recenseamento, Maria indicou Espanha como país de naturalidade e Portugal como país de residência e de nacionalidade.

A naturalidade fora do território nacional está relacionada com a imigração, dado que o indivíduo nasceu no estrangeiro e à data do momento censitário já residia em Portugal. O país de naturalidade diferente do país de residência decorreu de um fluxo imigratório em dada altura. Os imigrantes de segunda geração, descendentes de progenitores emigrantes portugueses em França, Alemanha, outros países da Europa e do resto do mundo, onde com forte imigração de origem portuguesa, a sua nacionalidade é determinada pela dos pais, em particular na Alemanha, onde o jus sanguinis é preponderante, e não pelo local de nascimento.

Uma situação análoga ocorre por meio do casamento (ou união de facto) celebrado no exterior. Um cônjuge não-nacional casado, há mais de três anos, com um ou uma emigrante com nacionalidade portuguesa residente no estrangeiro pode adquirir a nacionalidade do cônjuge ou da pessoa com quem vive em união de facto, definida como a situação de duas pessoas que, independentemente do sexo, vivem em situação análoga à dos cônjuges, sem que sejam legalmente casadas uma com a outra.

Um outro contributo para o acréscimo do número de imigrantes com naturalidade fora de Portugal e nacionalidade portuguesa está relacionado com aquisição de nacionalidade, em território nacional, incluindo cônjuges ou descendentes. A análise dos dados estatísticos, disponibilizados pelos censos da população, por país de naturalidade e país de nacionalidade, permite ter-se uma noção do peso dos imigrantes residentes em Portugal de nacionalidade portuguesa e estrangeira.

O número de residentes estrangeiros em Portugal não depende apenas dos fluxos migratórios internacionais, mas também do movimento natural da população, relacionado com a natalidade e a mortalidade. A segunda geração de estrangeiros, embora nascidos em Portugal, de pais imigrantes não-portugueses, é um outro contributo para o aumento da população estrangeira, mas que não é resultante de um fluxo imigratório direto.

7. Binómio naturalidade / nacionalidade portuguesa (coincidência / divergência)

Os resultados dos três últimos recenseamentos indicavam algumas disparidades no que se refere a Portugal, como país de naturalidade e de nacionalidade. Em relação aos Censos de 1991¹¹, dos 9 867 147 habitantes recenseados, 9 710 542 eram residentes de nacionalidade portuguesa, dos quais 9 414 667 nascidos em Portugal. Por conseguinte, a diferença entre nacionais e não-naturais de Portugal foi de 295 875 (3,05%).

Nos Censos 2001, dos 10 001 074 residentes com nacionalidade portuguesa, 9 704 645 nasceram em Portugal. Decorridos dez anos, Censos 2011, a informação relativa a estas duas variáveis foi de 9 956 911 e de 9 690 365 residentes, respetivamente. A diferença entre os residentes nascidos em território nacional e os seus nacionais apresentava valores negativos em 2001 e 2011: 296 429 (2,96%) e 266 546 (2,68%), respetivamente. Em ambos os momentos censitários, o número de nacionais suplantava o de naturais de Portugal, embora em termos evolutivos houvesse um ligeiro decréscimo.

Quadro 3

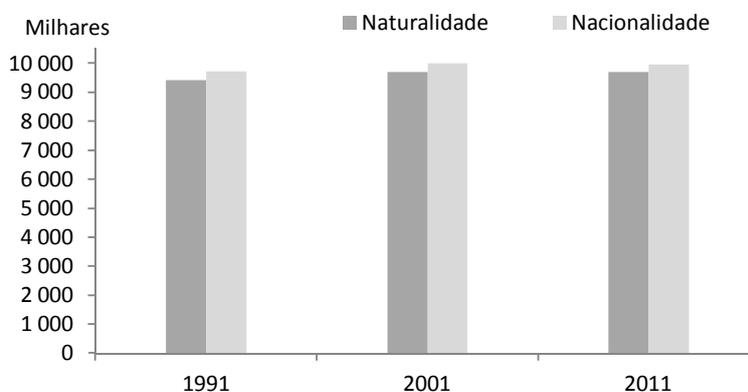
População residente em Portugal por grupos de países de naturalidade e nacionalidade				
Portugal	Naturalidade	Nacionalidade	Diferença* (n.º)	Diferença %
1991	9 414 667	9 710 542	-295 875	-3,05%
2001	9 704 645	10 001 074	-296 429	-2,96%
2011	9 690 365	9 956 911	-266 546	-2,68%

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

* Nascidos fora de Portugal com nacionalidade portuguesa

Figura 3

Número de Residentes em Portugal, com naturalidade e nacionalidade portuguesa



Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011

Estas disparidades têm a ver com o passado recente, dos últimos 40 anos, relacionados com os movimentos migratórios internacionais. No pós-25 de Abril de 1974, há uma inversão da tendência do saldo migratório¹², com particular nos anos de 1974 e 1975, que no seu total ultrapassou as 500 000 pessoas, já com a dedução da corrente emigratória, estimada para os mesmos dois anos em cerca 70 000 pessoas¹³. Este “boom” populacional resulta, em termos europeus, dos exilados e outros emigrantes de cariz político (p. ex. opositores à guerra), como também em larga escala dos então designados “retornados”, incorretamente, dado que grande parte desses imigrantes de nacionalidade portuguesa, tinham nascido em Angola, Moçambique e noutras ex-colónias portuguesas.

¹¹ XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação (15 de Abril de 1991)

¹² Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

¹³ Fonte: INE/Estatísticas Demográficas.

Do XI Recenseamento Geral da População e I Recenseamento Geral da Habitação (15 de Dezembro de 1970) para o XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação (16 de Março de 1981), verificou-se a maior variação populacional intercensitária¹⁴ de sempre. Portugal passou de 8 611 125 pra 9 833 014 habitantes, equivalente a um acréscimo de 1 221 889 residentes (14,19%).

O saldo natural, durante este período, situou-se à volta de 770 mil pessoas, ao passo que o saldo migratório rondou os 450 mil novos residentes. Este maior saldo migratório foi o maior de todos os tempos, em Portugal, tendo como base principal de sustentação os movimentos imigratórios de nacionais. Alguns destes portugueses imigrantes e seus familiares vieram por vontade própria. No entanto, a maior parte do fluxo imigratório de nacionais foi devido a alterações políticas ocorridas nos países de origem (independência das ex-colónias e a anexação de Timor-Leste pela Indonésia), que forçaram à sua saída, com destino a Portugal.

8. Ranking das nacionalidades/nacionalidades (10 primeiros países)

No ranking dos países de naturalidade estrangeira, segundo os Censos de 2001 e de 2011, Angola ocupava a primeira posição em ambos. Aliás, nos dez primeiros países, em 2001 e 2011, quatro são africanos de língua portuguesa: Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Um outro país de língua portuguesa, o Brasil, que neste período intercensitário, passou da quarta posição (49 891 nascidos em território brasileiro), em 2001, para a segunda (139 703), em 2011. A maior subida verificada no ranking, tanto em termos absolutos, como relativos: 89 812 (180,0%). De 2001 para 2011, novos países entraram no grupo dos dez primeiros, foram eles a Ucrânia e a Roménia; em contrapartida saíram a Espanha e a Suíça.

Do ponto de vista da nacionalidade, o maior número de estrangeiros por país, em 2011, coube ao Brasil, que retirou o primeiro lugar a Angola, que passou para quarto lugar (-33,2%). Esta quebra bastante acentuada dos residentes angolanos em Portugal encontra-se relacionada com o retorno ao país de origem.

O fim da guerra civil e o elevado crescimento económico de Angola fundamentam esse refluxo migratório. Como se verifica, o saldo negativo também é comum aos naturais de Angola, com outras nacionalidades, particularmente a portuguesa.

Uma outra subida muito significativa sucedeu com a imigração da Ucrânia que, em dez anos, observou uma subida muito elevada de residentes (196,6%), a segunda maior depois do Brasil.

Quadro 4

Residentes por país de naturalidade estrangeira (10 primeiros)(*)							
2001	1º	Angola	174 210	2011	1º	Angola	162 604
	2º	França	95 275		2º	Brasil	139 703
	3º	Moçambique	76 017		3º	França	94 484
	4º	Brasil	49 891		4º	Moçambique	73 084
	5º	Cabo Verde	44 964		5º	Cabo Verde	61 953
	6º	Alemanha	24 283		6º	Ucrânia	33 172
	7º	Venezuela	22 353		7º	Guiné-Bissau	29 578
	8º	Guiné-Bissau	21 435		8º	Alemanha	28 000
	9º	Espanha	13 957		9º	Venezuela	25 157
	10º	Suíça	12 897		10º	Roménia	23 689

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

(*) Excluindo portugueses

¹⁴ Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo: momentos censitários consecutivos.

Quadro 5

Residentes por país de nacionalidade estrangeira (10 primeiros)							
2001	1º	Angola	37 014	2011	1º	Brasil	101 991
	2º	Cabo Verde	33 145		2º	Cabo Verde	37 081
	3º	Brasil	31 869		3º	Ucrânia	32 014
	4º	Guiné-Bissau	15 824		4º	Angola	24 723
	5º	França	15 359		5º	Roménia	22 816
	6º	Ucrânia	10 793		6º	Guiné-Bissau	15 632
	7º	Espanha	9 047		7º	Reino Unido	14 461
	8º	São Tomé e Príncipe	8 517		8º	China	11 017
	9º	Alemanha	8 387		9º	França	10 446
	10º	Reino Unido	8 227		10º	São Tomé e Príncipe	9 764

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Importa salientar que Moçambique ocupa no ranking da naturalidade um lugar expressivo (3º e 4º lugar, em 2001 e 2011). No entanto, na ordenação por volume, no que se refere à nacionalidade, tanto em 2001 como em 2011, não integra os dez primeiros países. Apesar de menor quantitativo populacional, a Venezuela destaca-se como país de naturalidade (7º e 9º lugar), mas em termos de nacionalidade encontra-se colocada abaixo dos dez primeiros.

Quadro 6

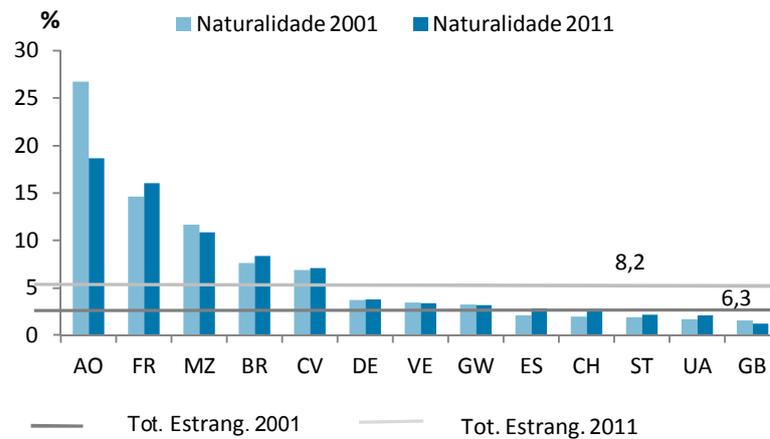
Proporção da população nascida no estrangeiro por país (primeiros países) - 2001 e 2011					
País	Código	Naturalidade 2001	Naturalidade 2011	Nat./Total 2001 (%)*	Nat./Total 2011 (%)*
Angola	AO	174 210	162 604	26,74	18,65
França	FR	95 275	94 484	14,62	10,84
Moçambique	MZ	76 017	73 084	11,67	8,38
Brasil	BR	49 891	139 703	7,66	16,02
Cabo Verde	CV	44 964	61 953	6,90	7,11
Alemanha	DE	24 283	28 000	3,73	3,21
Venezuela	VE	22 353	25 157	3,43	2,89
Guiné-Bissau	GW	21 435	29 578	3,29	3,39
Espanha	ES	13 957	16 489	2,14	1,89
Suíça	CH	12 897	16 842	1,98	1,93
São Tomé e Príncipe	ST	12 490	18 645	1,92	2,14
Ucrânia	UA	10 946	33 172	1,68	3,80
Reino Unido	GB	10 068	19 131	1,55	2,19
Roménia	RO	2 804	23 689	0,43	2,72
China	CN	2 287	10 887	0,35	1,25
Total Estrangeiros		651 472	871 813	6,29	8,25
Total Residentes		10 356 117	10 562 178		

* Proporção da população por país de naturalidade no total dos nascidos no estrangeiro

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 4

Naturalidade da população estrangeira residente em Portugal, por país (primeiros países) - 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

A proporção dos residentes com naturalidade fora de Portugal aumentou de 2001 (6,29%) para 2011 (8,25%). Relativamente aos países de origem dos nascidos no estrangeiro, os quatro primeiros, por ordenação decrescente, mantiveram-se os mesmos. Apesar de 2001 para 2011, Angola se tivesse mantido em primeiro, nos restantes três países houve mudanças de rankings. A França desce de segundo para terceiro, Moçambique de terceiro para quarto, por sua vez o Brasil deslocou-se no sentido inverso e de quarto passou para segundo.

Quadro 7

Proporção da população nascida no estrangeiro por país da CPLP* - 2001 e 2011

País	Código	Naturalidade 2001	Naturalidade 2011	Nat./Total 2001 (%)**	Nat./Total 2011 (%)**
Angola	AO	174 210	162 604	45,69	33,36
Moçambique	MZ	76 017	139 703	19,94	28,67
Brasil	BR	49 891	73 084	13,09	15,00
Cabo Verde	CV	44 964	61 953	11,79	12,71
Guiné-Bissau	GW	21 435	29 578	5,62	6,07
São Tome e Príncipe	ST	12 490	18 645	3,28	3,83
Timor Leste	TL	2 241	1 789	0,59	0,37
Total CPLP		381 248	487 356	58,52	55,90
Total Estrangeiros		651 472	871 813		

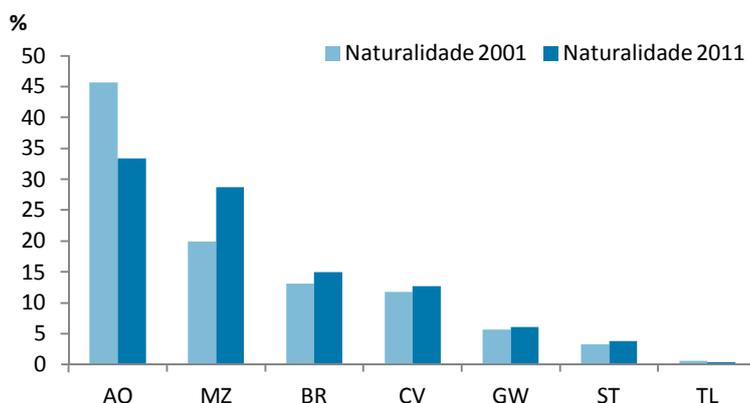
* CPLP sem Portugal

** Proporção da população por país de naturalidade da CPLP no total dos nascidos no estrangeiro

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 5

Naturalidade por país da CPLP* - 2001 e 2011



* CPLP sem Portugal

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Os naturais dos países da CPLP, obviamente excluindo Portugal, dado que se trata de naturalidade estrangeira, nos dois últimos censos, são maioritários relativamente a todos os nascidos no estrangeiro. A maior contribuição veio de Angola, Brasil, Moçambique e Cabo Verde. Os naturais de Timor-Leste eram bastante minoritários, aliás, entre os Censos 2001 e 2011, ainda perderam mais peso quantitativo.

Quadro 8

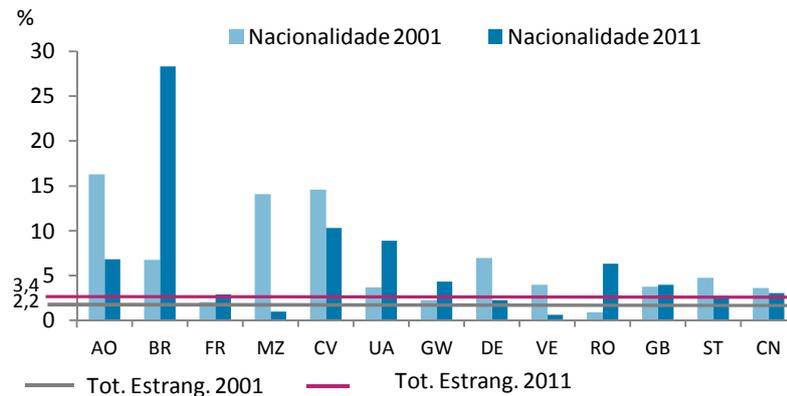
Proporção da população de nacionalidade estrangeira por país (primeiros países) - 2001 e 2011

País	Código	Nacionalidade 2001	Nacionalidade 2011	Nac./Total 2001 (%)*	Nac./Total 2011 (%)*
Angola	AO	37 014	24 723	16,33	6,87
Cabo Verde	CV	33 145	37 081	14,62	10,30
Brasil	BR	31 869	101 991	14,06	28,33
Guiné-Bissau	GW	15 824	15 632	6,98	4,34
França	FR	15 359	10 446	6,77	2,90
Ucrânia	UA	10793	32 014	4,76	8,89
Espanha	ES	9 047	8 873	3,99	2,46
São Tomé e Príncipe	ST	8 517	9 764	3,76	2,71
Alemanha	DE	8 387	8 112	3,70	2,25
Reino Unido	GB	8 227	14 461	3,63	4,02
Roménia	RO	2 661	22 816	1,17	6,34
China	CN	2 176	11 017	0,96	3,06
Total Estrangeiros		226 715	359 969	2,19	3,41
Total Residentes		10 356 117	10 562 178		

* Proporção da população por país de nacionalidade no total da população estrangeira

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 6

Nacionalidade da população residente estrangeira por país (primeiros países) - 2001 e 2011


Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Em termos de nacionalidade, dos Censos de 2001 para 2011, os brasileiros passaram a ocupar o lugar mais elevado dos estrangeiros residentes em Portugal. A nacionalidade seguinte também faz parte da CPLP, ou seja os cabo-verdianos, situaram-se no segundo lugar. Os nacionais da Ucrânia, no mesmo período aumentaram significativamente, passando de sexto para o lugar no ranking das nacionalidades.

Quadro 9

Proporção da população de nacionalidade estrangeira por país da CPLP* - 2001 e 2011

País	Código	Nacionalidade 2001	Nacionalidade 2011	Nat./Total 2001 (%)**	Nac./Total 2011 (%)**
Angola	AO	37 014	24 723	28,21	12,82
Cabo Verde	CV	33 145	37 081	25,26	19,23
Brasil	BR	31 869	101 991	24,29	52,89
Guiné-Bissau	GW	15 824	15 632	12,06	8,11
São Tomé e Príncipe	ST	8 517	9 764	6,49	5,06
Moçambique	MZ	4 685	3 515	3,57	1,82
Timor Leste	TL	137	146	0,104	0,076
Total CPLP		131 191	192 852	57,87	53,57
Total Estrangeiros		226 715	359 969		

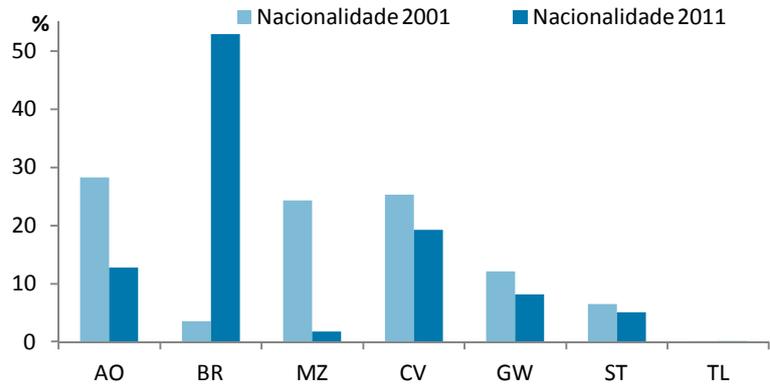
* CPLP sem Portugal

** Proporção da população por país de nacionalidade da CPLP no total da população estrangeira

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 7

Nacionalidade por país da CPLP* - 2001 e 2011



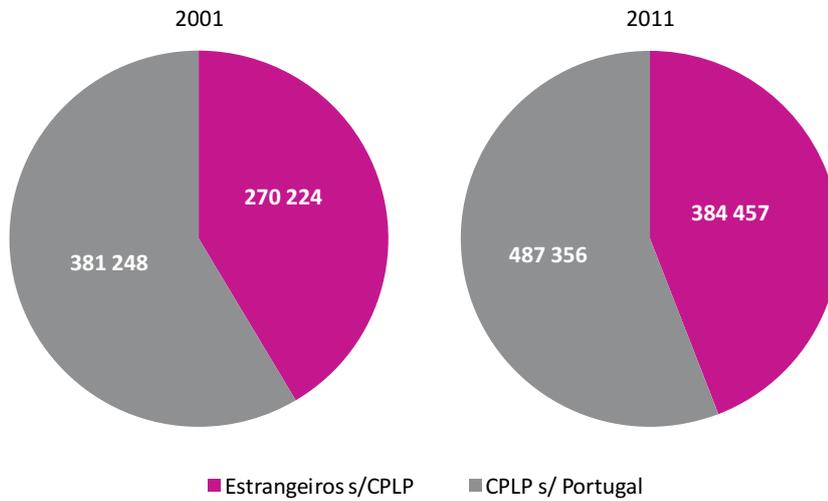
* CPLP sem Portugal

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

No contexto da CPLP, em 2011, os nacionais do Brasil representaram mais de 50,0% de todos os estrangeiros desta Comunidade residentes em Portugal. Destaca-se também que do total de não-nacionais residentes em Portugal, os que fazem parte da CPLP são sempre majoritários. Muito possivelmente, a língua em comum e os laços históricos, fazem de Portugal um país atrativo para estes imigrantes lusófonos.

Figuras 8 e 9

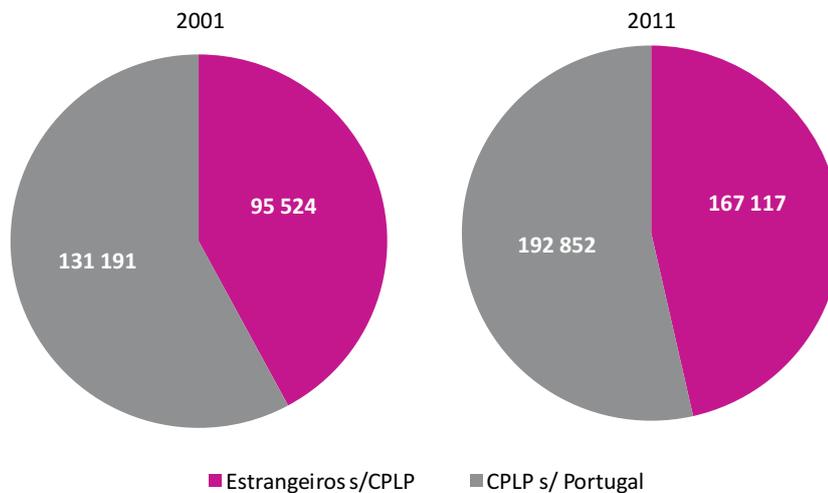
População residente estrangeira por grupo de países de naturalidade em 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2001

Figuras 10 e 11

População residente estrangeira por grupo de países de nacionalidade em 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2001

9. Disparidade entre naturalidade e nacionalidade estrangeira (*ser natural de um país pode ser muito diferente de ser nacional*)

Conforme os Censos de 2001 e de 2011, residiam em Portugal 651 472 (2001) e 871 813 (2011) indivíduos com naturalidade no estrangeiro. Enquanto que, com nacionalidade estrangeira residiam 226 715 e 359 969 indivíduos, respetivamente em 2001 e 2011. Significa que ao nível de país de nascimento e país de cidadania da população residente há manifestas diferenças.

Na análise por país de naturalidade e de nacionalidade, compreendem-se melhor as diversas causas destas diferenças. Em Portugal, uma questão decorrente destas disparidades relaciona-se com as ex-colónias. Muitos portugueses nascidos em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau ou outros antigos territórios do ultramar têm nacionalidade portuguesa desde o nascimento. No entanto, em termos de país de naturalidade manteve-se uma das ex-colónias portuguesas, agora países independentes.

Nos casos da Europa: França, Alemanha, Suíça, Reino Unido (menos explícito), etc. e noutros, como Brasil e Venezuela, no continente americano, estão relacionados com a emigração portuguesa para esses países. À segunda geração e aos cônjuges dos emigrantes portugueses, já nascida nos países de destino, é-lhes atribuída ou adquirida a nacionalidade portuguesa por via parental ou do casamento, como já foi explicado no enquadramento teórico da naturalidade e nacionalidade.

No que se refere à Ucrânia, Roménia, China e outros países têm a ver com a imigração relativamente recente. Como se pode verificar, as diferenças entre país de nacionalidade e naturalidade são muito menores. Certamente, as existentes podem resultar de processos de naturalização para aquisição de nacionalidade portuguesa.

Em quase todos os países de naturalidade no exterior, o número de naturais é maior que o de nacionais. Porém, em 2011, dos países incluídos no quadro naturalidade *versus* nacionalidade, China apresentava uma exceção. O número de nacionais superou o de naturais, significa que alguns dos residentes chineses já tenham nascido em Portugal.

Quadro 10

Número de residentes por país de naturalidade e nacionalidade (primeiros países) - 2001						
País	Código	Naturalidade 2001	Nacionalidade 2001	Diferença*	Nacionalidade (%)**	Diferença (%)
Angola	AO	174 210	37 014	137 196	21,25	78,75
França	FR	95 275	15 359	79 916	16,12	83,88
Moçambique	MZ	76 017	4 685	71 332	6,16	93,84
Brasil	BR	49 891	31 869	18 022	63,88	36,12
Cabo Verde	CV	44 964	33 145	11 819	73,71	26,29
Alemanha	DE	24 283	8 387	15 896	34,54	65,46
Venezuela	VE	22 353	5 242	17 111	23,45	76,55
Guiné-Bissau	GW	21 435	15 824	5 611	73,82	26,18
Espanha	ES	13 957	9 047	4 910	64,82	35,18
Suíça	CH	12 897	2 178	10 719	16,89	83,11
São Tomé e Príncipe	ST	12 490	8 517	3 973	68,19	31,81
Ucrânia	UA	10 946	10 793	153	98,60	1,40
Reino Unido	GB	10 068	8 227	1 841	81,71	18,29
Roménia	RO	2 804	2 661	143	94,90	5,10
China	CN	2 287	2 176	111	95,15	4,85

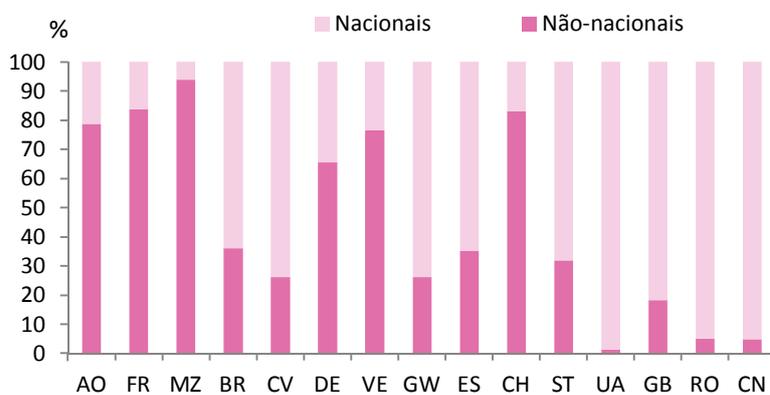
* Não nacionais do país de naturalidade

** Nacionais do país de naturalidade

Fonte: INE, Censos 2001

Figura 12

Proporção dos nacionais e não-nacionais no total da naturalidade por país (primeiros países) - 2001



Fonte: INE, Censos 2001

Quadro 11

Número de residentes por país de naturalidade e nacionalidade (primeiros países) - 2011						
País	Código	Naturalidade 2011	Nacionalidade 2011	Diferença*	Nacionalidade (%)**	Diferença (%)
Angola	AO	162 604	24 723	137 881	15,20	84,80
Brasil	BR	139 703	101 991	37 712	73,01	26,99
França	FR	94 484	10 446	84 038	11,06	88,94
Moçambique	MZ	73 084	3 515	69 569	4,81	95,19
Cabo Verde	CV	61 953	37 081	24 872	59,85	40,15
Ucrânia	UA	33 172	32 014	1 158	96,51	3,49
Guiné-Bissau	GW	29 578	15 632	13 946	52,85	47,15
Alemanha	DE	28 000	8 112	19 888	28,97	71,03
Venezuela	VE	25 157	2 448	22 709	9,73	90,27
Roménia	RO	23 689	22 816	873	96,31	3,69
Reino Unido	GB	19 131	14 461	4 670	75,59	24,41
São Tomé e Príncipe	ST	18 645	9 764	8 881	52,37	47,63
Suíça	CH	16 842	1 543	15 299	9,16	90,84
Espanha	ES	16 489	8 873	7 616	53,81	46,19
China	CN	10 887	11 017	-130	101,19	-1,19

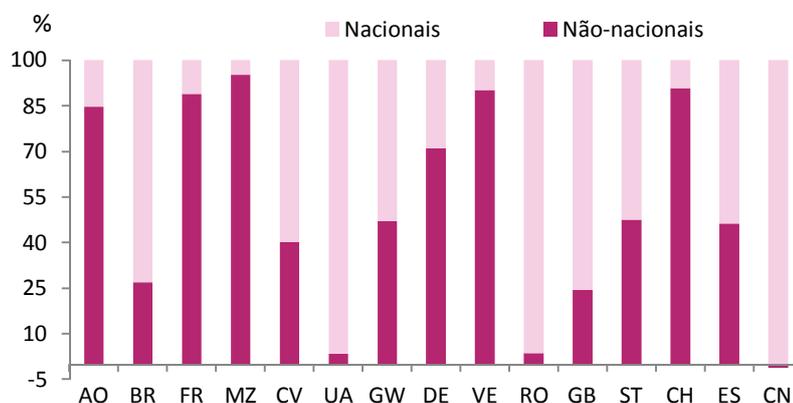
* Não nacionais do país de naturalidade

** Nacionais do país de naturalidade

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 13

Proporção dos nacionais e não-nacionais no total da naturalidade por país (primeiros países) - 2011



Fonte: INE, Censos 2011

A maior comunidade estrangeira em Portugal é proveniente dos países da CPLP, embora com grandezas de representação muito diferentes entre si. A nacionalidade com maior expressão no nosso país é a do Brasil, com 101 991 residentes, em 2011, ainda que, acerca de naturalidade aumente para 139 703. Cabo Verde é a segunda, com 37 081 nacionais e 61 953 naturais. As restantes comunidades africanas da CPLP ocupam as posições seguintes: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique. A comunidade com menor representatividade é proveniente de Timor-Leste.

Quadro 12

Número de residentes por país de naturalidade e nacionalidade - CPLP - 2001						
País	Código	Naturalidade 2001	Nacionalidade 2001	Diferença*	Nacionalidade (%)**	Diferença (%)
Portugal	PT	9 704 645	10 001 074	-296 429	103,05	-3,05
Angola	AO	174 210	37 014	137 196	21,25	78,75
Moçambique	MZ	76 017	4 685	71 332	6,16	93,84
Brasil	BR	49 891	31 869	18 022	63,88	36,12
Cabo Verde	CV	44 964	33 145	11 819	73,71	26,29
Guiné-Bissau	GW	21 435	15 824	5 611	73,82	26,18
São Tomé e Príncipe	ST	12 490	8 517	3 973	68,19	31,81
Timor-Leste	TL	2 241	137	2 104	6,11	93,89

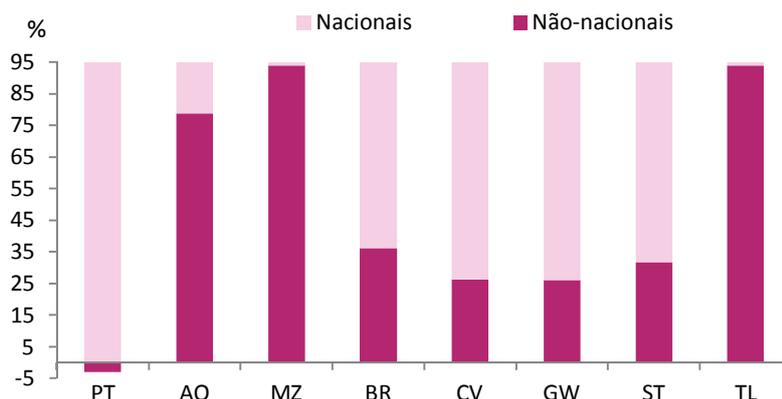
* Não nacionais do país de naturalidade

** Nacionais do país de naturalidade

Fonte: INE, Censos 2001

Figura 14

Proporção dos nacionais e não-nacionais no total da naturalidade por país da CPLP - 2001



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 13

Número de residentes por país de naturalidade e nacionalidade - CPLP - 2011						
País	Código	Naturalidade 2011	Nacionalidade 2011	Diferença*	Nacionalidade (%)**	Diferença (%)
Portugal	PT	9 690 365	9 956 911	-266 546	102,75	-2,75
Angola	AO	162 604	24 723	137 881	15,20	84,80
Brasil	BR	139 703	101 991	37 712	73,01	26,99
Moçambique	MZ	73 084	3 515	69 569	4,81	95,19
Cabo Verde	CV	61 953	37 081	24 872	59,85	40,15
Guiné-Bissau	GW	29 578	15 632	13 946	52,85	47,15
São Tomé e Príncipe	ST	18 645	9 764	8 881	52,37	47,63
Timor-Leste	TL	1 789	146	1 643	8,16	91,84

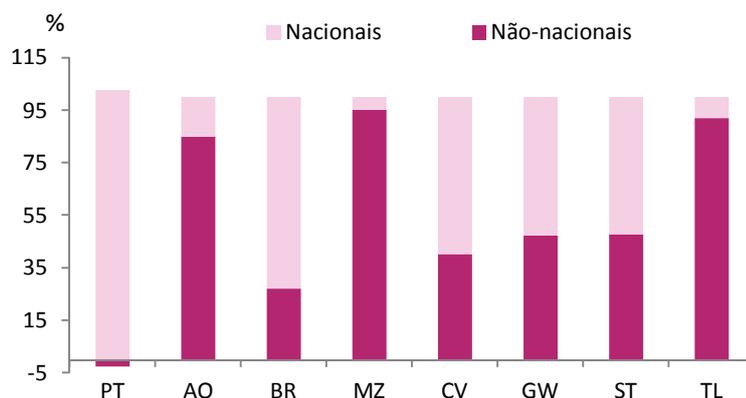
* Não nacionais do país de naturalidade

** Nacionais do país de naturalidade

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 15

Proporção dos nacionais e não-nacionais no total da naturalidade por país da CPLP - 2011



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

10. Matriz de países: naturalidade/linha; nacionalidade/coluna (cruzamento de dados)

Os dados estatísticos sobre a naturalidade e a nacionalidade podem estar dispostos em forma de matriz, relativos a uma determinada data de referência. Nas matrizes seguintes, as data de referência dizem respeito aos momentos de observação dos Censos de 2001 e de 2011. A matriz apresentada cruza os dados da naturalidade (linha) e da nacionalidade (coluna) dos países mais representativos em volume de residentes em Portugal.

A seleção dos países apresentados, na matriz que se segue, baseou-se nos primeiros quinze países representativos, segundo o critério na naturalidade (2001). Para se fazer a combinação entre os dados naturalidade (país de nascimento) e os dados da nacionalidade (vínculo a um estado) foram utilizados os mesmos países.

No conjunto de países representados na matriz dos quinze primeiros países de naturalidade, excluindo os da CPLP, os residentes nascidos no estrangeiro, à exceção da Ucrânia, procederam de países de forte emigração portuguesa. Os resultados do último censo (2011) informam que dos naturais da Suíça, 90,5% têm nacionalidade portuguesa e apenas 8,4% são suíços de nacionalidade. Os nascidos em França, 87,7% são portugueses e 11,9% são franceses, enquanto que com os nascidos na Alemanha esta desproporção é de 69,3% e 28,0%, respetivamente.

Fora do continente europeu, constam na matriz (naturalidade/nacionalidade) outros dois países não-lusófonos, também anteriores países de forte emigração portuguesa: África do Sul e Venezuela. Dos naturais da África do Sul, 90,1% têm nacionalidade portuguesa e apenas 8,3% têm nacionalidade sul-africana. Quanto aos nascidos na Venezuela, 88,3% são portugueses e 10,8% são venezuelanos.

Estes dados indicam um forte fluxo imigratório desses anteriores emigrantes nacionais e seus familiares (nascidos no país de destino), mas com nacionalidade portuguesa. Relativamente aos países europeus, equaciona-se o movimento de regresso a casa desses ex-emigrantes e suas famílias, contribua para o crescimento dos residentes nacionais. No caso da África do Sul e Venezuela, não só por este motivo, mas também por crises sociopolíticas verificadas nesses países.

Quadro 14

Matriz de residentes: País de naturalidade por país de nacionalidade (2001 e 2011)*

Nacionalidade \ Naturalidade	Código	Ano	África do Sul	Alemanha	Angola	Brasil	Cabo Verde	Espanha	França	Guiné-Bissau
África do Sul	ZA	2001	1 216	9	4	1	1	3	4	0
		2011	956	19	6	2	0	2	8	0
Alemanha	DE	2001	2	7 710	4	5	0	3	13	0
		2011	1	7 836	16	7	300	40	21	5
Angola	AO	2001	3	22	36 043	8	645	7	4	15
		2011	11	34	24 969	39	687	88	21	5
Brasil	BR	2001	0	25	5	31 230	3	22	9	2
		2011	1	109	11	104 836	8	169	240	2
Cabo Verde	CV	2001	0	1	9	1	29 313	7	13	37
		2011	3	1	24	5	33 968	12	24	84
Espanha	ES	2001	0	13	1	6	17	7 579	26	2
		2011	0	24	11	25	26	7 812	65	9
França	FR	2001	0	8	2	6	22	46	14 469	11
		2011	0	15	5	15	47	51	11 231	11
Guiné-Bissau	GW	2001	1	4	2	0	56	1	1	14 895
		2011	0	3	6	1	85	6	7	15 397
Moçambique	MZ	2001	21	9	0	3	16	5	5	9
		2011	32	12	6	9	12	12	6	13
Portugal	PT	2001	55	401	829	565	2 522	1 166	583	729
		2011	180	887	1 813	4 684	3 161	1 878	2 351	729
Reino Unido	GB	2001	0	4	3	2	0	6	3	0
		2011	2	9	2	16	1	11	21	0
São Tomé e Príncipe	ST	2001	0	0	16	0	477	0	0	0
		2011	0	0	10	2	518	5	0	1
Suíça	CH	2001	0	14	1	0	1	25	9	1
		2011	0	19	2	4	2	38	23	1
Ucrânia	UA	2001	0	0	0	0	0	6	1	7
		2011	2	0	1	1	1	2	1	10
Venezuela	VE	2001	0	6	0	2	0	19	2	0
		2011	0	6	0	7	0	95	18	1
Total Residentes		2001	1 298	8 226	36 919	31 829	33 073	8 895	15 142	15 708
		2011	1 188	8 974	26 882	109 653	38 816	10 221	14 037	16 268

* Principais países de naturalidade e de nacionalidade

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Quadro 14 a

Matriz de residentes: País de naturalidade por país de nacionalidade (2001 e 2011)*

Nacionalidade \ Naturalidade	Código	Ano	Moçambique	Portugal	Reino Unido	São Tomé e Príncipe	Suíça	Ucrânia	Venezuela	Total Residentes
África do Sul	ZA	2001	1	5 469	40	2	1	0	0	11 197
		2011	8	10 338	69	0	1	0	0	11 477
Alemanha	DE	2001	1	13 453	37	1	24	4	0	24 283
		2011	2	19 392	52	6	10	57	0	28 000
Angola	AO	2001	3	124 756	7	224	2	1	0	174 210
		2011	4	136 312	14	275	10	0	0	162 604
Brasil	BR	2001	0	7 441	23	0	5	1	2	49 891
		2011	1	33 392	60	2	1	1	1	139 703
Cabo Verde	CV	2001	3	12 244	4	15	0	0	0	44 964
		2011	2	27 676	6	33	2	0	0	61 953
Espanha	ES	2001	0	4 292	18	2	2	11	5	13 957
		2011	10	8 296	19	2	0	6	4	16 489
França	FR	2001	1	59 151	20	1	7	1	1	95 275
		2011	0	82 889	14	5	12	3	8	94 484
Guiné-Bissau	GW	2001	1	5 638	0	8	0	0	1	21 435
		2011	2	13 707	3	8	4	2	0	29 578
Moçambique	MZ	2001	4 543	68 826	13	2	2	0	0	76 017
		2011	3 446	69 430	20	1	3	1	0	73 084
Portugal	PT	2001	108	9 653 438	408	484	117	46	126	9 704 645
		2011	273	9 661 779	674	620	275	2 183	345	9 690 365
Reino Unido	GB	2001	0	1 117	7 189	0	1	0	0	10 068
		2011	0	4 962	13 899	0	5	0	0	19 131
São Tomé e Príncipe	ST	2001	1	3 653	0	7 748	0	0	0	12 490
		2011	0	8 673	0	9 429	1	0	0	18 645
Suíça	CH	2001	0	8 897	3	0	1 938	0	0	12 897
		2011	0	15 246	5	1	1 410	0	0	16 842
Ucrânia	UA	2001	0	101	1	3	0	10 600	0	10 946
		2011	1	2 102	4	2	0	30 612	2	33 172
Venezuela	VE	2001	0	8 889	1	0	0	0	5 087	22 353
		2011	1	22 218	3	0	2	0	2 720	25 157
Total Residentes		2001	4 662	9 977 365	7 764	8 490	2 099	10 664	5 222	
		2011	3 750	10 116 412	14 842	10 384	1 736	32 865	3 080	

* Principais países de naturalidade e de nacionalidade

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 16

Residentes de nacionalidade portuguesa nascidos no estrangeiro

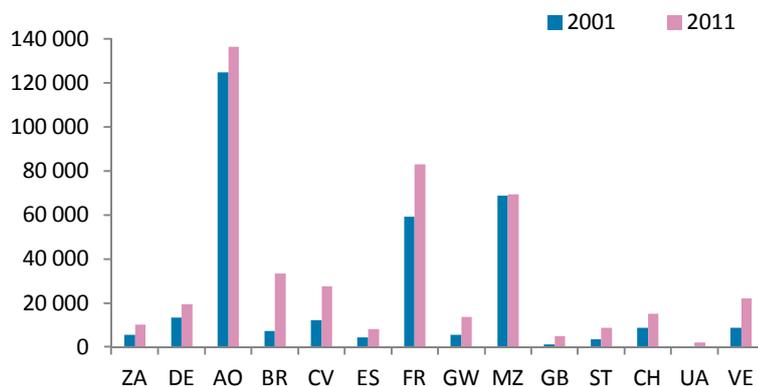
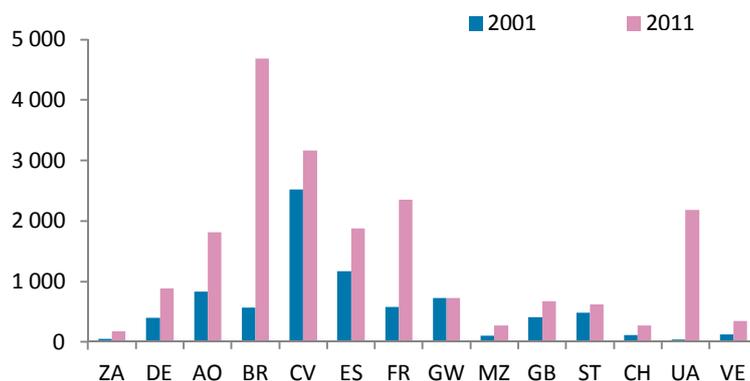


Figura 17

Residentes nascidos em Portugal com nacionalidade estrangeira



Fonte: INE, Censos 2011

Tendo em conta o destaque atribuído à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, organizou-se uma outra matriz exclusiva para os oito países membros.

Devido aos antecedentes históricos, relacionados com o processo de descolonização, verificaram-se grandes diferenças entre os residentes nascidos nas antigas colónias portuguesas e seus nacionais, particularmente Angola, Moçambique. No caso particular de Timor-Leste, devido aos anos de ocupação por parte de Indonésia, assistiu-se a um pequeno fluxo de refugiados timorenses para Portugal. Em 2011, dos naturais de Angola, em termos de nacionalidade, 83,8% eram portugueses e 15,4% angolanos. Para Moçambique, estas proporções ainda eram mais distanciadas, 95,0% e 4,7%, respetivamente.

Conforme os Censos de 2011, no quadro da CPLP, à exceção de Portugal, o país com maior número de residentes, em que a naturalidade e a nacionalidade coincidiam, foi o Brasil (104 836 indivíduos), ou seja 75,0%. Os nascidos no Brasil com nacionalidade portuguesa representavam 23,9%. Com a mesma naturalidade e nacionalidade, os cabo-verdianos constituíam 54,8% (33 968); os guineenses: 52,1% (15 397) e os santomenses: 50,6% (9 429 residentes). Como já foi referido noutros pontos deste artigo, também no quadro específico da CPLP, tanto em 2001 como em 2011, o número de nacionais portugueses foi também superior ao número de naturais de Portugal.

Quadro 15

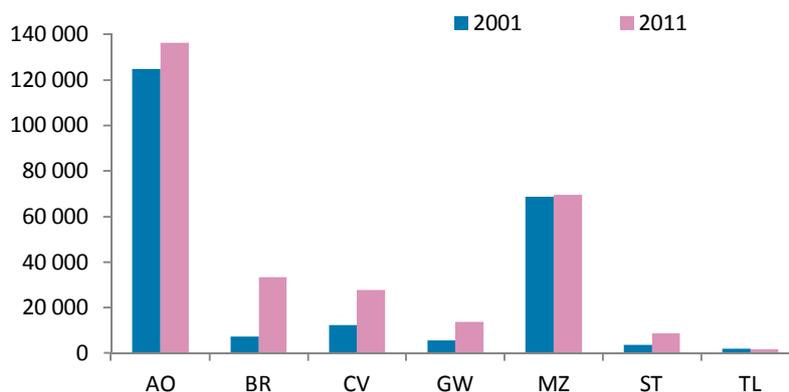
Matriz de residentes: País de naturalidade por país de nacionalidade - países da CPLP (2001 e 2011)

Nacionalidade \ Naturalidade	Código	Ano	Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor-Leste	Total Residentes
Angola	AO	2001	36 043	8	645	15	3	124 756	224	0	174 210
		2011	24 969	39	687	5	4	136 312	275	1	162 604
Brasil	BR	2001	5	31 230	3	2	0	7 441	0	0	49 891
		2011	11	104 836	8	2	1	33 392	2	0	139 703
Cabo Verde	CV	2001	9	1	29 313	37	3	12 244	15	0	44 964
		2011	24	5	33 968	84	2	27 676	33	0	61 953
Guiné-Bissau	GW	2001	2	0	56	14 895	1	5 638	8	0	21 435
		2011	6	1	85	15 397	2	13 707	8	0	29 578
Moçambique	MZ	2001	0	3	16	9	4 543	68 826	2	0	76 017
		2011	6	9	12	13	3 446	69 430	1	0	73 084
Portugal	PT	2001	829	565	2 522	729	108	9 653 438	484	4	9 704 645
		2011	1 813	4 684	3 161	729	273	9 661 779	620	9	9 690 365
São Tomé e Príncipe	ST	2001	16	0	477	0	1	3 653	7 748	1	12 490
		2011	10	2	518	1	0	8 673	9 429	0	18 645
Timor-Leste	TL	2001	0	0	0	1	0	1 934	0	132	2 241
		2011	0	0	0	0	0	1 634	0	150	1 789
Total Residentes		2001	36 904	31 807	33 032	15 688	4 659	9 877 930	8 481	137	
		2011	26 839	109 576	38 439	16 231	3 728	9 952 603	10 368	160	

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 18

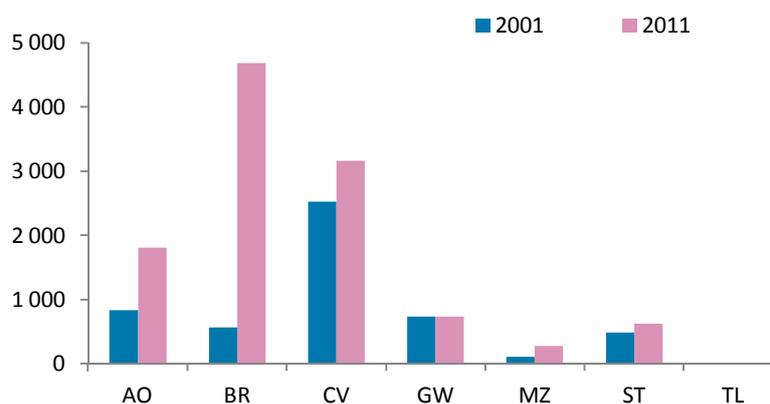
Residentes de nacionalidade portuguesa nascidos nos países da CPLP



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Figura 19

Residentes nascidos em Portugal com nacionalidade estrangeira da CPLP



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011

Entidades/Sites

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI): www.acidi.gov.pt/

Eurostat - Statistical office of the European Union: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

Instituto Nacional de Estatística (INE): www.ine.pt/

Observatório da Emigração: www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/

Observatório da Imigração: www.oi.acidi.gov.pt/

Organização Internacional para as Migrações (OIM) / International Organization for Migration (IOM): www.iom.int/

Pordata: <http://www.pordata.pt/> ;

Bibliografia

ACIME (2003), ROSA Maria José Valente; SEABRA Hugo; SANTOS Tiago - Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesas.

AICIDI/Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (2011), HEALY, Claire – Cidadania Portuguesa: a nova lei da nacionalidade de 2006.

CPLP - Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007).

Development Research Centre on Migration, Globalization and Poverty (2005), Quantification the International Bilateral Movements of Migrations

Diário da República – I Série. Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro, Regulamento da Laei da Nacionalidade.

Diário da República - I Série. Lei n.º 29/2007, de 2 de Agosto, 10.ª alteração ao Código do Registo Civil e revogação do Decreto -Lei n.º 13/2001, de 25 de Janeiro.

Diário da República – I Série. Lei Orgânica n.º 2/2006, de 17 de Abril, Lei da Nacionalidade (Quarta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro).

Eurostat (2011), Statistical books – Migrants in Europe; A statistical portrait of the first and second generation.

Eurostat (2012), Statistics in focus - Nearly two-thirds of the foreigners living in EU Member States are citizens of countries outside the EU-27.

Eurostat, Estatísticas da migração e da população migrante – Statistics Explained. Eurostat, 13 de Agosto de 2013.

INE (1973), 11.º Recenseamento da População 1970, Estimativa a 20% - 1.º e 2.º Volume.

INE (1984), Censos 1981: XII Recenseamento Geral da População e II Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos.

INE (1986), Estimativas Intercensitárias 1971 – 1980.

INE (1996), Censos 1991: XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos.

INE (1996), Estimativas da População Residente 1981 – 1990.

INE (2002), Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População) (IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos.

INE (2012), Censos 2011: XV Recenseamento Geral da População) (V Recenseamento Geral da Habitação – Resultados Definitivos.

INE (2012), Destaque: A população estrangeira em Portugal 2011.

INE (2013), “Estatísticas da CPLP – 2012

OIM/IOM (2013), Constitution of the International Organization for Migration

OIM/IOM (2013), World Migration Report 2013